

Gruvi Tecnologias S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

A Gruvi Tecnologias S/A é uma plataforma que tem como propósito oferecer serviços que visam melhorar a convivência entre moradores de condomínios. Está estruturada em grupos e salas onde um grupo pode ser um condomínio, escola, empresa ou qualquer outro tipo de instituição, formal ou informal. Por meio dessa estrutura os usuários podem trocar mensagens e gerenciar seus perfis. Ele foi construído como um "super app" para que outros projetos (e empresas) possam desenvolver o que chamamos de "mini apps" usando essa estrutura central para adicionar novas funcionalidades à plataforma.

Destaques Financeiros

No ano de 2022 foi integralizado o capital social de R\$ 2,0 milhões pela entrada do novo acionista Intelbras S.A, totalizando R\$5,3 milhões em Capital Social.

Em 2022 a Companhia ainda está em fase pré-operacional, sendo sua principal linha de receita o resultado financeiro de aplicações financeiras, que no ano representou R\$342 mil (R\$82 mil em 2021).

Agradecimentos

A Administração agradece a fidelidade e confiança de nossos clientes, parceiros, fornecedores; em especial, agradecemos a todos os nossos colaboradores pela dedicação, competência e superação demonstradas neste ano de trabalho.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Grubi Tecnologias S.A.**
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Grubi Tecnologias S.A.. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grubi Tecnologias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

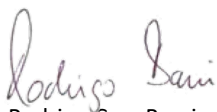
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Gruvi Tecnologias S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.134	3.039
Impostos a recuperar	8	30	-
Outros ativos		-	1
Total circulante		5.164	3.040
Ativo imobilizado	10	10	-
Ativo Intangível	10	271	271
Total não circulante		281	271
		5.445	3.311
Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	11	61	27
Impostos e contribuições a recolher	12	3	1
Imposto renda e contribuição social	13	3	3
Dividendos a pagar	14(c)	25	-
Total circulante		91	31
Não circulante			
Partes relacionadas	9	-	1
Total não circulante		-	1
Patrimônio líquido			
Capital social	14	5.271	3.271
Reserva de retenção de lucros	14(b)	77	7
Reserva Legal	14(b)	6	1
Lucros acumulados	-	-	-
Total Patrimônio Líquido		5.354	3.279
Total passivo e patrimônio líquido		5.445	3.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gruvi Tecnologias S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 10 de maio de 2021
(data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas com vendas	18	(108)	(17)
Despesas gerais e administrativas	18	(81)	(49)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>(190)</u>	<u>(67)</u>
Despesas financeiras		(2)	-
Receitas financeiras	19	<u>342</u>	<u>82</u>
Resultado Financeiro		<u>340</u>	<u>82</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>150</u>	<u>15</u>
Imposto de renda e contribuição social			
IR/CS Corrente	13	(50)	(7)
Lucro líquido do exercício		<u>100</u>	<u>8</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gruvi Tecnologias S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 10 de maio de 2021
(data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	100	8
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados abrangentes do exercício	<u>100</u>	<u>8</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gruvi Tecnologias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 10 de maio de 2021 (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Total
		Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva de capital	Lucros acumulados	
Em 10 de maio de 2021		1.271	-	-	-	1.271
Aumento de capital social	14(a)	2.000	-	-	-	2.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8	8
Destinação do lucro:						
Reserva de retenção de lucros		-	7	-	(7)	-
Reserva legal		-	-	1	(1)	-
Em 31 de dezembro de 2021		3.271	7	1	-	3.279
Aumento de capital social	14(a)	2.000	-	-	-	2.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	100	100
Destinação do lucro:						
Dividendos mínimos obrigatórios	14(c)	-	-	-	(25)	(25)
Reserva de retenção de lucros	14(b)	-	70	-	(70)	-
Reserva legal	14(b)	-	-	5	(5)	-
Em 31 de dezembro de 2022		5.271	77	6	-	5.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gruvi Tecnologias S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 10 de maio de 2021
(data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		150	15
Depreciação e amortização		1	-
Variações no ativo e passivo			
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(30)	(1)
Aumento (Redução) em Fornecedores		34	27
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias		2	1
Aumento (Redução) Partes Relacionadas		(1)	1
Pagamento de IRPJ e CSLL		(50)	(4)
Caixa Líquido gerado (utilizado) nas Atividades Operacionais		107	42
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e Intangível		(11)	(271)
Caixa Líquido gerado (utilizado) nas Atividades de Investimento		(11)	(271)
Atividades de Financiamento			
Integralização de ações		-	1.271
Aumento de capital social		2.000	2.000
Caixa Líquido gerado (utilizado) nas Atividades de Financiamento		2.000	3.271
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa		2.095	3.039
Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa inicial		3.039	-
Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa final		5.134	3.039
Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa		2.095	3.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Gruvi Tecnologias S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Joaquim Vilac, nº 509, térreo, no bairro Vila Teixeira, Campinas, no Estado de São Paulo, tendo seu registro deferido na junta comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 10 de maio de 2021.

A Companhia tem por objetivo o desenvolvimento e licenciamento de programas de computadores, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet e atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas em 22 de maio de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração considera que a Companhia detém recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Para o julgamento de valor justo vide nota explicativa 5 (j)

b. Passivos Contingentes

Contingências inclui: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e julgamentos que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía Passivos Contingentes.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente aos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating de instituições financeiras de primeira linha. Representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras de curto prazo que possuam alta liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aquisição, é igual ou inferior a 90 dias. Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

b. Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece suas receitas operacionais pela remuneração do uso de sistemas informatizados recorrentes os quais são reconhecidas mensalmente de acordo com a competência do mês de utilização. Estas assinaturas são canceladas para os clientes que atinjam três meses de inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia ainda esteve em fase pré-operacional, desta forma não houve o registro de Receita de contrato com cliente.

c. Receitas financeiras

As receitas financeiras da **Companhia** compreendem (vide nota explicativa 19):

- Receitas de juros.

As receitas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

d. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é optante pelo regime tributário do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no ano para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, totalizando uma média de 34%.

A Companhia não possui prejuízos fiscais acumulados.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos, especificamente nos casos em que antecipações de pagamentos podem e devem ser utilizados na apuração líquida do saldo remanescente a pagar dos referidos impostos antecipados.

e. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e Mensuração

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Custos de desenvolvimento capitalizados	10 anos
---	----------------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Em 31 de dezembro de 2022 estes ativos encontram-se na fase de desenvolvimento, portanto, não são amortizados até que estejam disponíveis para uso.

f. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo pelo resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

g. Capital social

Ações

A Companhia possui ações ordinárias nominativas, sem valor. Não há ações em tesouraria e ações preferenciais emitidas.

h. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problema de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitadas no resultado no mês que ocorreram as evidências objetivas de perda.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Não houve registro de perdas por impairment nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

j. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Administração vem acompanhando os pronunciamentos que foram emitidos, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e concluiu que não trouxe impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Contas correntes (a)	86	45
CDB-Certificado Depósitos Bancários (b)	<u>5.048</u>	<u>2.995</u>
	<u>5.134</u>	<u>3.040</u>

- (a) Caixa e Contas Correntes: As contas correntes estão substancialmente concentradas em bancos comerciais de primeira linha.
- (b) CDB-Certificado Depósitos Bancários: são aplicações de curto prazo, com liquidez imediata em montante conhecido de caixa e está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, indexadas a uma taxa média de 100% CDI, mantidas substancialmente em bancos comerciais de primeira linha.

8 Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a recuperar (a)	18	-
CSLL a recuperar (a)	12	-
	30	-

- (a) IRPJ e CSLL a recuperar: Valores recolhidos dentro do exercício de 2022 e serão compensados dentro do exercício de 2023.

9 Partes relacionadas

a. Controladora final

A controladora final da Companhia é a Superlógica Tecnologias S.A. (“Superlógica” ou “Grupo”). A Superlógica é a líder de um grupo de diversas empresas que atuam sob a mesma gestão, no qual a Companhia é parte. A seguir a relação das empresas do grupo:

	País
PJBank Pagamentos S.A	Brasil
Superlógica Eventos Ltda.	Brasil
PJBank securitizadora S.A	Brasil
MDR Cobranças Ltda.	Brasil
Base Software Ltda.	Brasil
Webagile Tecnologia Ltda.	Brasil
Ahreas Tecnologia Ltda.	Brasil
Gruvi Tecnologia S.A	Brasil
First Control Sistemas Inteligentes Ltda.	Brasil
Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A	Brasil
Superlógica Tecnologias Imobiliárias Ltda.	Brasil

b. Operações entre companhias (*intercompany*)

Durante as operações das companhias, contratos de mútuo podem ser firmados para empréstimos entre as empresas do mesmo grupo, por prazo indeterminado, para a gestão de fluxo de caixa entre as empresas do Grupo, sem a incidência de juros, os quais estão registrados conforme o mapa de mútuo abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Mútuos a pagar		
Superlógica Tecnologias S.A.	-	1
	-	1

c. Operações com pessoal-chave da Administração

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios de mercado e não possuem benefícios não monetários, contribuições para plano de benefício definido ou contribuição definida pós-emprego, nem programa de opção de compra de ações.

Não houve despesas no exercício findo de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(ii) Principais transações com o pessoal chave da Administração

Não há transações relevantes envolvendo o pessoal chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10 Ativo Imobilizado e Intangível

a. Custo do ativo imobilizado e intangível

	31/12/2022	31/12/2021
Custo		
Máquinas e equipamentos	11	-
Projeto Core (SPACES)	223	223
Projeto Legacy (SPACES)	48	48
Total do custo	282	271
Amortização		
(-) Amortização acumulada	(1)	-
Total da amortização	(1)	-
Saldo residual líquido	281	271

b. Movimentações do ativo imobilizado e intangível

Saldo em 10 de maio de 2021	-
(+) Adições	271
(-) Baixas	-
(-) Depreciações	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	271
(+) Adições	11
(-) Baixas	-
(-) Depreciações	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	281

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os ativos intangíveis encontram-se na fase de desenvolvimento, portanto, não são amortizados até que estejam disponíveis para uso.

11 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores Nacionais	61	27
	61	27

Referem-se a fornecedores diversos os quais não possuem valores vencidos nas datas de fechamento destas demonstrações financeiras, e tem previsão de pagamento até 30 dias.

12 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS a recolher	2	1
Outros a recolher	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>3</u>	<u>1</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

a. IRPJ e CSLL a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a pagar	-	2
CSLL a pagar	<u>3</u>	<u>1</u>
	<u>3</u>	<u>3</u>

b. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	150	15
Alíquota fiscal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>51</u>	<u>5</u>
Outros	<u>1</u>	<u>2</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício	<u>50</u>	<u>7</u>

c. Prejuízos fiscais a compensar

A Companhia não possui saldo de prejuízos fiscais a compensar.

14 Capital Social

	31/12/2022			31/12/2021	
Gruvi Tecnologias S.A	Qtd. Quotas (Mil)	R\$ mil	%	Qtd. Quotas (Mil)	R\$ mil
Superlógica Tecnologias S.A.	1.271	1.271	85,01%	1.271	1.271
Alleric Participações Ltda.	149	2.000	10,00%	170	2.000
Intelbras S.A.	<u>75</u>	<u>2.000</u>	<u>4,99%</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Capital Social	<u>1.495</u>	<u>5.271</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.441</u>	<u>1.441</u>

Em 01 de dezembro de 2022, foi deliberado e aprovado o aumento de capital no valor de R\$2.000 mil, pelo novo sócio, Intelbras S.A., mediante a emissão de 74.580 novas ações ordinárias, totalmente integralizadas.

a. Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A Companhia não possui ações preferenciais.

b. Natureza e propósito das reservas

(i) Reserva de lucros

Reserva Legal

É constituída obrigatoriamente para Companhias de sociedade anônima à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social quando então deixará de ser acrescida; ou poderá, a critério da Companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante das Reservas de Capital, atingir 30% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos futuros

(ii) Ações em tesouraria

A Companhia não possui ações em tesouraria.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina em seu artigo 31 a distribuição de dividendos anuais de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei, diminuído ou acrescido dos seguintes valores, se aplicável: (i) importância destinada à formação de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão de reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

15 Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui processos classificados como perda provável.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui processos com probabilidade de perda possível, dos quais utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, em consonância com os preceitos do CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Cabe esclarecer que, conforme CPC mencionado acima, a Companhia não constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e remota.

16 Gerenciamento do capital

A política da Diretoria é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela ‘dívida líquida’, dividido pelo ‘patrimônio líquido ajustado’. A dívida líquida é calculada considerando o saldo total do passivo (conforme apresentado no balanço patrimonial), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

O índice de alavancagem da Companhia é negativo, uma vez que não capita recursos de terceiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Total do passivo	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.134)	(3.040)
(-) Aplicações financeiras	-	-
Dívida líquida	(5.134)	(3.040)
Total do patrimônio líquido	5.379	3.279
	-95%	-93%

17 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

		31/12/2022		31/12/2021	
		Nível do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor justo
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
CDB-Certificado Depósitos Bancários (CEC)	2	5.048	5.048	2.995	2.995
		5.048	5.048	2.995	2.995

Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de suas políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco proveniente das contas a receber de clientes é nulo dado ao momento do reconhecimento de suas receitas, conforme descrito na nota explicativa nº. 5(b).

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A **Companhia** considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(v) Análise de sensibilidade

Uma alteração de 25% nas taxas de juros, CDI no início do ano de 2022 até a data das demonstrações financeiras teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Transação	Risco	Saldos de 2022	Ganhos e/ou (perdas)		
			Provável	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	5.048	(33)	(138)	(230)
	CDI (queda) ¹	13,65%	13,00%	10,92%	9,10%

Transação	Risco	Saldos de 2021	Ganhos e/ou (perdas)		
			Provável	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	2.995	(13)	(55)	(92)
	CDI (queda) ¹	9,25%	8,81%	7,40%	6,17%

18 Despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Feiras, publicidade e eventos	(108)	(17)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	(2)
Telefone, internet e TV	(3)	(1)
Serviços de terceiros	(75)	(39)
Outras administrativas	(4)	(7)
Outras receitas (despesas) indedutíveis	(1)	(1)
Resultado custos e despesas	<u>(190)</u>	<u>(67)</u>
 Demonstração do resultado do exercício		
Despesas com vendas	(108)	(17)
Despesas gerais e administrativas	(81)	(49)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Resultado custos e despesas	<u>(190)</u>	<u>(67)</u>

19 Resultado Financeiro

	31/12/2021	31/12/2021
Receita Financeira		
Rendimentos s/ aplicação financeira	<u>342</u>	<u>82</u>
 Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Resultado Financeiro	<u>340</u>	<u>82</u>

20 Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes entre 31 de dezembro de 2022 até a data de aprovação da emissão desta demonstração financeira.